

**“OS PRIMEIROS HABITANTES DO BRASIL”: REPRESENTAÇÕES SOBRE OS
POVOS INDÍGENAS EM LIVROS DIDÁTICOS DE ENSINO FUNDAMENTAL**

FELIPE NUNES NOBRE*

Este texto é uma versão adaptada do anteprojeto de pesquisa com o qual o autor ingressou no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pelotas, na seleção de 2015. Nele, buscamos apresentar o tema de pesquisa, a problemática e os objetivos, realizando ao final uma revisão bibliográfica sobre a temática indígena em livros didáticos de História.

O anteprojeto de pesquisa que aqui apresentamos consiste na continuidade de uma pesquisa iniciada em 2013, que visava discutir as representações sobre os povos indígenas na coleção didática Projeto Araribá – História, cujos resultados foram publicados recentemente (GANDRA; NOBRE, 2014). Nesse momento buscamos aprofundar essa discussão, ampliando as fontes de pesquisa e o recorte temporal. Pretendemos trazer uma contribuição aos estudos sobre a temática indígena no Ensino de História através da análise das representações sobre os povos indígenas nas coleções didáticas Projeto Araribá – História e História: Sociedade & Cidadania no contexto de implementação da lei 11.645/08.

Durante muito tempo os livros didáticos foram negligenciados como fonte de pesquisa por historiadores e mesmo bibliógrafos. No entanto, principalmente a partir dos anos 1970, passaram a despertar um interesse crescente entre pesquisadores, passando a constituir um importante domínio de pesquisas (CHOPPIN, 2004). Segundo Choppin, as diversas abordagens possíveis sobre esse objeto podem ser esquematicamente divididas em dois grandes grupos: um, que focaliza o livro didático em seu aspecto de objeto físico, concentrando-se nos aspectos referentes a sua produção, comercialização, distribuição, etc.; e outro, que se interessa mais por seu conteúdo, de modo que não configura-se como uma história *dos* livros didáticos, mas sim como “a história de um tema, de uma noção, de um personagem, de uma disciplina, ou de como a literatura escolar foi apresentada por meio de uma mídia específica” (CHOPPIN, 2004:554). Embora estejamos atentos a esses dois aspectos, o foco principal de nossa pesquisa enquadra-se no segundo.

* Universidade Federal de Pelotas. Graduado em História – Licenciatura (UFPEL). Mestrando no Programa de Pós-graduação em História (UFPEL), com bolsa da CAPES.

A importância do livro didático no Ensino de História, por sua vez, se dá na medida em que este serve como “mediador entre a proposta oficial do poder expressa nos programas curriculares e o conhecimento escolar ensinado pelo professor” (BITTENCOURT, 2009:72-73). Os livros didáticos são interpretações possíveis sobre as propostas curriculares oficiais, indicando conteúdos e abordagens. Assim sendo, a pesquisa sobre livros didáticos se mostra como um meio privilegiado para se refletir sobre as formas do Ensino de História em determinados períodos. No entanto, não assumimos uma postura ingênua que crê que o que está enunciado nesse material seja diretamente transposto para os alunos em sala de aula. Ao contrário, estamos cientes de que “os usos que professores e alunos fazem do livro didático são variados e podem transformar esse veículo ideológico e fonte de lucro das editoras em instrumento de trabalho mais eficiente e adequado às necessidades de um ensino autônomo” (BITTENCOURT, 2009, p.73). Logo, se o livro didático é o mediador entre os programas oficiais e o professor, esse é o mediador entre o conteúdo do livro didático e o aluno.

Circe Bittencourt considera o livro didático como um objeto de múltiplas facetas. Segundo essa autora, o livro didático tem basicamente quatro aspectos distintos e inter-relacionados: é uma mercadoria, um “depositário dos conteúdos escolares”, um “instrumento pedagógico” e um “veículo portador de um sistema de valores, de uma ideologia, de uma cultura” (BITTENCOURT, 2009, p.71-72). Em nossa pesquisa pretendemos compreender os livros didáticos sob todas suas dimensões. Entretanto, nossa problemática de pesquisa leva o foco para o último aspecto arrolado pela autora. Enquanto portadores de sistemas de valores, os livros didáticos “transmitem estereótipos e valores dos grupos dominantes, generalizando temas [...] de acordo com os preceitos da sociedade branca burguesa” (BITTENCOURT, 2009, p.72). Sobre essa característica, Choppin realiza uma síntese magistral da questão, dizendo que,

Os autores de livros didáticos não são simples espectadores de seu tempo: eles reivindicam um outro status, o de agente. O livro didático não é um simples espelho: ele modifica a realidade para educar as novas gerações, fornecendo uma imagem deformada, esquematizada, modelada, freqüentemente de forma favorável: as ações contrárias à moral são quase sempre punidas exemplarmente; os conflitos sociais, os atos delituosos ou a violência cotidiana são sistematicamente silenciados. E os historiadores se interessam justamente pela análise dessa ruptura entre a ficção e o real, ou seja, pelas intenções dos autores (CHOPPIN, 2004: 557).

Desse modo, entendemos que a narrativa didática é uma representação do passado orientada pela perspectiva dos autores/editores, que projetam nela uma ordem social ideal, que camufla as violências e conflitos ocorridos nos processos e invisibiliza grupos sociais por

eles considerados de menor importância. Portanto, o texto didático tem a capacidade de forjar em seus leitores um imaginário histórico que justifica e reproduz a ordem social vigente, deslegitimando no presente os grupos que são apagados do passado.

Em nosso estudo analisaremos os livros didáticos no contexto de implementação da lei 11.645/08. Promulgada em março de 2008, ela determina que “nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena” (BRASIL, 2008). O atendimento a esta demanda legal implica, ao menos, na adequação da formação docente e dos materiais didáticos. Nesse contexto, torna-se necessária uma reflexão crítica sobre as formas como esses temas têm sido trabalhados no Ensino de História, para que se possa pensar em termos mais efetivos e frutíferos a direção de seu aprimoramento. Em nosso estudo o foco é sobre o que diz respeito à história e cultura indígena. Assim, o presente trabalho configura-se como um subsídio para que estudantes e professores possam desenvolver uma leitura crítica sobre as formas como tem sido tratada, até então, a questão indígena no Ensino de História.

A nação brasileira se formou a partir do encontro e da interação entre diferentes grupos étnicos. Atualmente existe vasta bibliografia, tanto na História quanto em áreas afins, que demonstra que os povos indígenas tiveram e têm importante participação na formação do país, não apenas como objeto da ação colonizadora, mas também como sujeitos dos processos históricos que os envolvem, de modo que,

As práticas e as representações que caracterizam a sociedade brasileira não podem ser compreendidas se não forem levadas em consideração as populações aqui estabelecidas, com suas formas de organização sociocultural e com a sua intervenção e controle sobre os recursos ambientais existentes (OLIVEIRA; FREIRE, 2006:18).

De acordo com o Instituto Socioambiental (2014), os indígenas no Brasil atualmente formam uma população de quase 900.000 pessoas, em mais de 240 povos e falando mais de 150 línguas e dialetos. Entretanto, muito pouco se ouve falar sobre esses povos, tanto na escola quanto em diferentes meios de comunicação, de modo que se percebe que o conhecimento que a população em geral tem dessa diversidade sociocultural, tanto no passado quanto no presente, é parco. Por que isso ocorre?

Segundo Katia Abud (2009:29), “os currículos são, em grande parte, responsáveis pela formação e pelo conceito de História de todos os cidadãos alfabetizados, estabelecendo, em cooperação com a mídia, a existência de um discurso histórico dominante, que formará a

consciência e a memória coletiva da sociedade”. Sendo os livros didáticos, por sua vez, os principais intermediadores entre as propostas curriculares oficiais e as práticas docentes no ensino básico, estes se tornam “um importante veículo para discursos capazes de contribuir para a construção de significados sobre as relações étnico-raciais e, dessa forma, impactar a constituição de identidades” (SILVA, 2012:156). Logo, é possível inferir que grande parte dessa invisibilidade dos povos indígenas passa pelas formas como estes são (ou não são) representados nos livros didáticos.

A própria lei 11.645/08 é sintomática da pouca visibilidade dada aos povos indígenas na educação. Para sua efetiva implementação é fundamental a adequação dos livros didáticos às novas exigências, que passaram a ser observadas nas avaliações do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Portanto, se propomos a investigação das representações sobre os povos indígenas em determinadas coleções didáticas distribuídas pelo PNLD entre 2008 e 2015, é porque consideramos esta uma conjuntura favorável para refletir sobre dois aspectos. Primeiro, sobre as formas como esses povos foram representados nas edições anteriores à referida lei, através das edições distribuídas pelo PNLD 2008. E segundo, sobre como os textos didáticos responderam a essa demanda, através das edições distribuídas pelo PNLD 2011 e 2014.

Para tanto, neste anteprojeto temos por principal objetivo analisar as representações sobre os povos indígenas nas coleções didáticas Projeto Araribá – História e História: Sociedade & Cidadania distribuídas no contexto de implementação da lei 11.645/08. E por objetivos específicos temos: a) discutir os múltiplos aspectos envolvidos na produção de livros didáticos e o papel destes no Ensino de História; b) discutir as demandas sociais que motivaram a criação da lei 11.645/08 e os reflexos dessa nas coleções didáticas em foco; c) identificar em que momentos da narrativa sobre a história nacional os povos indígenas ganham visibilidade e como são representados; d) confrontar o conteúdo dos livros didáticos com a bibliografia específica citada pelos mesmos, visando discutir se há ou não, e onde se manifestam, silenciamentos sobre o assunto.

Escolhemos como principais fontes para nossa pesquisa as coleções didáticas Projeto Araribá: História (Editora Moderna) e História: Sociedade & Cidadania (Editora FTD). Consideramos essas as duas principais coleções no período do recorte porque foram as distribuídas em maior quantidade pelo PNLD nos ciclos 2008, 2011 e 2014, que contemplaram a distribuição integral de livros didáticos para as séries finais do ensino

fundamental. Até o momento não conseguimos obter estatísticas relativas ao PNLD 2008, mas pela proporção entre os títulos adquiridos no PNLD 2010 (que se destinou a complementar o de 2008), é possível afirmar, com razoável segurança, que estas foram as duas coleções distribuídas em maior volume naquele ciclo (BRASIL, 2010a).

Já para o PNLD 2011 temos estatísticas diretas, acessadas na tabela “PNLD 2011 – Valores de aquisição por título – Ensino Fundamental” (BRASIL, 2011). Nesta edição do Programa a coleção Projeto Araribá: História aparece como a adquirida em maior volume, tendo sido adquiridos 3.961.988 livros didáticos e 74.888 manuais do professor. Enquanto isso, a coleção História: Sociedade & Cidadania aparece na segunda colocação, pela aquisição de 3.319.103 livros didáticos e 63.765 manuais do professor.

No PNLD 2014 as duas coleções permanecem como as distribuídas em maior quantidade. Dessa vez a mais distribuída foi a História: Sociedade & Cidadania, com 3.330.040 exemplares distribuídos entre livros didáticos e manuais do professor. A coleção Projeto Araribá: História, por sua vez, teve 2.906.006 exemplares distribuídos, ficando com a segunda colocação (BRASIL, 2014).

Em todos os ciclos mencionados as demais coleções foram adquiridas em quantidades muito menores. Logo, a expressividade dessas coleções se dá na medida em que elas atingiram, em todo o país, um número de estudantes e professores muito maior do que quaisquer outras. Além disso, na classificação do PNLD referente à “perspectiva quanto à História da África e História Indígena” a coleção Projeto Araribá aparece como de perfil “informativo”, enquanto a História: Sociedade & Cidadania é classificada como de perfil “crítico-reflexivo” (BRASIL, 2010b). Assim, será possível comparar essas duas coleções que têm, a princípio, abordagens contrastantes.

Após apresentar a problemática do estudo, seus objetivos e fontes, cabe situá-lo em um campo de pesquisa, realizando uma revisão bibliográfica sobre o tema proposto. Alguns estudos, embora relativamente esparsos, já foram realizados sobre a questão indígena em livros didáticos. Um deles é o do antropólogo Mauro Almeida, que em 1979 empreendeu uma pesquisa sobre o racismo nos livros didáticos de 1º grau da década de 1970. Para tanto, este autor analisou, dentre os livros constantes no programa da Fundação Nacional de Material Escolar, duas coleções de Estudos Sociais e Moral e Civismo, destinadas ao público das quatro primeiras séries, e todas as coleções de Estudos Sociais destinados à 5ª e 6ª séries, num total de 20 obras (ALMEIDA, 1987). Neste estudo o autor percebeu que “textos

aparentemente tolerantes podem, de fato, acobertar uma visão racista da sociedade. Essa visão é afirmada não através de afirmações depreciativas contra ‘índios’ e ‘negros’, mas através do *quando* e *como* eles entram na nossa sociedade e na nossa história” (ALMEIDA, 1987:35. Grifos originais).

Nos livros de Estudo Sociais e Moral e Civismo das séries iniciais, Almeida verifica que estes vinculam uma representação da sociedade sendo idealmente “branca”. Nas imagens, os indígenas aparecem majoritariamente em segundo plano (sendo o primeiro plano ocupado pelo colonizador). O lugar ocupado por indígenas e negros nessas obras são no passado – ou seja, negando a contemporaneidade de tais grupos – e no folclore – como única área de contribuição cultural (ALMEIDA, 1987:15-36).

Já para os livros de Estudos Sociais destinados à 5ª e 6ª séries, constataram-se abordagens um pouco mais variadas, das quais, no entanto, o autor percebe dois estilos básicos adotados em relação aos indígenas: um desses estilos é o dos livros que demonstram certa simpatia pelos “vencidos”, e outro, o daqueles em que não existe qualquer crítica em relação ao destino dos não-brancos. O principal a se destacar, no entanto, é que em ambos os estilos predomina “a mesma visão global da história como processo de expansão territorial, integração e desenvolvimento econômico, sob condições específicas: capitalismo e classes sociais. É aí que ‘entram’ os outros” (ALMEIDA, 1987:37). Ou seja, os povos indígenas sempre aparecem sob a perspectiva do colonizador.

As considerações gerais sobre a questão indígena nesses livros didáticos são de que os povos indígenas são tratados sempre no passado e de forma genérica, tomando alguns hábitos e crenças como comuns a todos os povos, sem mencionar diferenças culturais entre eles. Para Almeida, trata-se de “uma espécie de colcha de retalhos de estereótipos do ‘índio’: caça e pesca, morubixaba, ‘Tupã’, oca, etc” (ALMEIDA, 1987:64). Logo, por um lado se nega a contemporaneidade desses grupos, como se estivessem perdidos nos domínios do passado, sem existência no presente. Por outro, reduz-se a imensa diversidade sociocultural das centenas de povos que sobreviveram ao contato a uma imagem cristalizada do que seja “o índio”, tão coerente quanto idealizada.

O texto de Almeida nos é caro tanto por realizar uma síntese sobre as representações dos povos indígenas nesses livros do período da ditadura civil-militar, possibilitando uma reflexão comparativa com as coleções sobre as quais nos debruçaremos, quanto por indicar um percurso metodológico do qual podemos nos apropriar.

Outro importante estudo sobre a temática foi realizado por Luís Grupioni (1995), que escreveu sobre a forma como as populações indígenas apareciam, de maneira geral, nos livros didáticos de meados da década de 1990. Esse autor ressalta algumas características gerais, como o fato de os indígenas aparecerem sempre no passado, em função do colonizador, e da história indígena não ser vista como dinâmica, mas sim estanque e marcada apenas por eventos significativos sob a perspectiva europeia. Além disso, os povos indígenas são considerados um todo homogêneo e, portanto, como se a generalização fosse a melhor maneira de estudá-los. O autor conclui seu texto dizendo que,

os manuais escolares continuam a ignorar as pesquisas feitas pela história e pela antropologia no conhecimento do *outro*, revelando-se deficientes no tratamento da diversidade étnica e cultural existente no Brasil, dos tempos da colonização aos dias atuais, e da viabilidade de outras ordens sociais. E é com esse material, equivocado e deficiente, que professores e alunos têm encontrado os índios na sala de aula. Preconceito, desinformação e intolerância são resultados mais que esperados desse quadro (GRUPIONI, 1995:491. Grifos originais).

Os livros didáticos, ao homogeneizarem o que é plural, remetem a uma postura que, além de negligenciar a enorme variedade sociocultural existente, esvazia sobremaneira as possibilidades de aprendizagem abertas pelo tema, quais sejam, as de conhecer, respeitar e aprender com a diversidade.

Apesar da relevância interpretativa do texto de Grupioni, este se caracteriza como uma revisão bibliográfica, de modo que falta aprofundamento sobre fontes específicas. Por isso, é importante ressaltar o estudo de caso realizado por Mota e Rodrigues (1999) com o livro didático *Toda História*, de Arruda e Piletti. Nesse artigo, os autores buscaram analisar como as populações indígenas são representadas no referido livro, que teve ampla penetração na rede escolar do Paraná, chegando a ser utilizado em todas as escolas de ensino médio de Maringá.

A conclusão de seu estudo é de que há uma “superficialidade dos autores na abordagem da questão, ignorando dados recentes e desprezando um tratamento mais refinado e cuidadoso com as populações indígenas” (MOTA; RODRIGUES, 1999:48). Nesse sentido, os autores apontam falhas verificadas no livro em relação a informações sobre os principais troncos linguísticos indígenas no Brasil e nos dados da demografia indígena no período colonial. Além disso, foi verificada a falta de relevância dada à questão da escravização e exploração da mão-de-obra indígena. Segundo os autores, no livro didático *Toda História*,

O índio é apresentado apenas como um ser dócil que trabalha em troca de quinquilharias, não havendo referência alguma a qualquer tipo de resistência empreendida por eles nesses primeiros tempos de ocupação e exploração. [...] muito menos apontam as populações indígenas como sujeitos que estabelecem negociações com os europeus (MOTA; RODRIGUES, 1999:53).

Ou seja, de acordo com a narrativa deste livro, os povos indígenas agiram apenas passivamente ante o colonizador europeu. Numa história dos europeus, sobre as conquistas europeias, os nativos não passam de figurantes.

Um dos trabalhos de maior fôlego sobre o assunto é a dissertação de mestrado de Isabel Rodrigues (2001), onde a autora analisou os principais livros didáticos editados entre 1990 e 1998 e que foram mais utilizados no estado do Paraná nesse período. Desse modo, a autora pôde comparar como a questão indígena era tratada em seis coleções diferentes. Suas conclusões são de que os povos indígenas ganham visibilidade apenas quando se trata da pré-história do Brasil; da chegada dos europeus; no período colonial, quando se aborda as bandeiras e as missões religiosas; e no processo de abertura política dos anos 1980 (RODRIGUES, 2001:136). Nesses casos, invariavelmente, essas populações são apresentadas sob um viés fortemente etnocêntrico.

A autora identifica um avanço nos materiais didáticos analisados ao perceber que os autores vinham reconhecendo a importância e tentando dialogar com disciplinas como antropologia, arqueologia, etc. Mas ressalta que “no entanto, a utilização que fazem delas ainda é muito restrita, pois continuam desconhecendo os resultados de pesquisas mais recentes nessas áreas” (RODRIGUES, 2001:139). Logo adiante a autora reafirma sua hipótese, ao afirmar que “se outras posturas e outros entendimentos não estão presentes nos livros didáticos é porque, fatalisticamente, os autores desses mesmos livros desconhecem aquilo que vem sendo produzido e divulgado” (RODRIGUES, 2001:140). Em nossa pesquisa, pretendemos aprofundar essa questão, sem aceitá-la de forma tão “fatalista”. Ao confrontar o conteúdo dos livros didáticos com suas próprias referências bibliográficas iremos discutir se esses silenciamentos, incorreções ou desatualizações são mesmo inevitáveis ou se são fruto de processos de seleção de informações que são, deliberadamente, incluídas ou excluídas da narrativa final.

Por fim, um dos textos mais recentes sobre a temática em foco é de Maria de Fátima Silva, que aborda a questão através da coleção História: Sociedade & Cidadania, exatamente uma das que utilizaremos como fonte. Segundo a autora, embora a coleção traga uma

narrativa tradicional – organizada de forma cronológica e linear – mostrou ser possível inserir nesse tipo de narrativa “uma visão crítica, longe de estereótipos e de uma visão eurocêntrica, aproveitando-se também de outras temporalidades” (SILVA, 2012:156). A coleção dedica capítulos específicos sobre os povos indígenas no primeiro volume, ao tratar “A pré-história brasileira”, e no segundo volume, em “Povos indígenas no Brasil”. Silva aponta algumas falhas e contradições na obra analisada, mas também destaca que, no texto, o autor levanta questões para instigar os alunos a refletir sobre o tema, e que “apresenta uma ruptura com a visão da história tradicional ao afirmar que os nativos do Brasil foram utilizados nos engenhos da cana-de-açúcar” (SILVA, 2012:162) e “não deixa de retratar a participação de indígenas e africanos nos movimentos clássicos de reivindicações e resistências, tais como as guerras guaraníticas e a conjuração baiana” (SILVA, 2012:163). Consideramos válidas e importantes essas colocações, mas o que nos preocupa é discutir até que ponto elas podem efetivamente ser consideradas como rupturas, e se de fato isso é suficiente para constituir “uma visão crítica, longe de estereótipos e de uma visão eurocêntrica”. Ou seja, cabe discutir se essas colocações repercutem na orientação geral da narrativa, nas representações e identidades por ela criadas.

É nesse campo de estudos, brevemente sintetizado, que procuramos inserir nossa pesquisa, trazendo contribuições particulares no que diz respeito às fontes, problemática de pesquisa e recorte temporal. Uma dessas contribuições é o procedimento metodológico, ainda não observado em outros estudos, de confrontar a bibliografia específica sobre a temática em tela referenciada pelas coleções com o conteúdo das mesmas. Acreditamos que essa seja uma boa maneira de se discutir como os autores/editores das coleções didáticas se apropriam da historiografia acadêmica, e quais as escolhas envolvidas nessa apropriação.

Considerações finais

Historicamente os povos indígenas têm sido invisibilizados nos materiais didáticos de História. Mesmo fazendo parte da construção do país, desde seu princípio até a atualidade, são representados em poucos momentos das narrativas sobre a história nacional, e principalmente no passado mais remoto. A lei 11.645/08 veio incentivar o debate sobre essa questão, demandando a adequação dos materiais didáticos para a valorização da multiplicidade cultural. Assim, esse momento se mostra favorável para a investigação de como as coleções

didáticas vinham tratando desse tema e de quais estratégias utilizaram para contemplar as novas demandas. Nesse sentido, buscamos realizar essa tarefa através da análise das representações sobre os povos indígenas nas duas coleções de História para ensino fundamental mais distribuídas pelo PNLD nos ciclos 2008, 2011 e 2014.

Referências bibliográficas

ABUD, Katia. Currículos de história e políticas públicas: os programas de História do Brasil na escola secundária. In: BITTENCOURT, Circe (Org.). **O saber histórico na sala de aula**. 11. ed. São Paulo: Contexto, 2009, p.28-41.

ALMEIDA, Mauro W. B. O racismo nos livros didáticos. In: SILVA, Aracy Lopes (Org.). **A questão indígena na sala de aula**: subsídios para professores de 1º e 2º graus. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 13-71.

BITTENCOURT, Circe. Livros didáticos entre textos e imagens. In: BITTENCOURT, Circe (Org.). **O saber histórico na sala de aula**. 11. ed. São Paulo: Contexto, 2009, p.69-90.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Guia de livros didáticos**: PNLD 2011: História. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2010[b].

_____. Fundo Nacional De Desenvolvimento Da Educação. **PNLD 2010 – Valores de aquisição por título – Ensino Fundamental**. [2010a] Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/livro-didatico/livro-didatico-cunsultas-anos-anteriores>> Acesso em: 23 dez. 2013.

_____. Fundo Nacional De Desenvolvimento Da Educação. **PNLD 2011 – Valores de aquisição por título – Ensino Fundamental**. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/livro-didatico/livro-didatico-cunsultas-anos-anteriores>> Acesso em: 23 dez. 2013.

_____. Fundo Nacional De Desenvolvimento Da Educação. **PNLD 2014 – Coleções mais distribuídas por componente curricular**. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/livro-didatico/livro-didatico-dados-estatisticos>> Acesso em: 22 mar. 2015.

_____. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm> Acesso em: 23 dez. 2013.

CHOPPIN, Alain. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v. 30, n. 3, p. 549-566, set./dez. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v30n3/a12v30n3.pdf>> Acesso em: 10 out. 2013.

GANDRA, Edgar Ávila; NOBRE, Felipe Nunes. A temática indígena no ensino de História do Brasil: uma análise da coleção didática Projeto Araribá (2008-2013). **Revista do Lhiste**. Porto Alegre, v.1, n.1, p. 40-57, jul.-dez. 2014. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/revistadolhiste/article/view/48309/33209>> Acesso em: 10 fev. 2015.

GRUPIONI, Luís Donizete. Livros didáticos e fontes de informações sobre as sociedades indígenas. In: SILVA, Aracy Lopes; GRUPIONI, Luís Donizete (Orgs.). **A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus**. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995, p. 481-526.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. <<http://pib.socioambiental.org/pt>> Acesso em: 29 out. 2014.

MOTA, Lúcio Tadeu; RODRIGUES, Isabel Cristina. A questão indígena no livro didático “Toda História”. **História & Ensino**. Londrina, v. 5, p. 41-59, out. 1999.

RODRIGUES, Isabel Cristina. **A temática indígena nos livros didáticos de História do Brasil do Ensino Fundamental – 5ª a 8ª séries**. 2001. 153 f.. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2001.

OLIVEIRA, João Pacheco de; FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. **A Presença Indígena na Formação do Brasil**. Brasília: Ministério da Educação; Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

SILVA, Maria de Fátima Barbosa. Livro didático de História: representações do ‘índio’ e contribuições para a alteridade. **Revista História Hoje**, v. 1, n. 2, p. 151-168, dez. 2012. Disponível em: <<http://rhhj.anpuh.org/ojs/index.php/RHHJ/article/view/45>> Acesso em: 15 out. 2014.